

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.660 - SP (2019/0103798-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : DULCE FERREIRA DA SILVA**  
**AGRAVANTE : ISAC LOURENCO DA SILVA**  
**AGRAVANTE : ADRIELE DE OLIVEIRA LAITZ FORTES**  
**AGRAVANTE : BEATRIZ DO CARMO ANTUNES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : DAMARES DIAS BATISTA**  
**AGRAVANTE : MARCOS ANTONIO FERREIRA**  
**AGRAVANTE : EDILCE DE SOUZA PINTO**  
**AGRAVANTE : FATIMA APARECIDA MENDES PEDROSO**  
**AGRAVANTE : MARCOS ELIAS PEDROSO**  
**AGRAVANTE : JOSE PEREIRA LEITE**  
**AGRAVANTE : JURANDIR DINIZ**  
**AGRAVANTE : ROSELI APARECIDA CAMARGO GONCALVES**  
**AGRAVANTE : OLIBIA DA GLORIA GONCALVES NETO**  
**AGRAVANTE : TATIANE CRISTINA TAVARES**  
**ADVOGADOS : JOSÉ OSNILDO MORESTONI - SC004821**  
**MARLI CARMEN MORESTONI - SC005911**  
**AGRAVADO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO - SP229058**  
**MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ADRIELE DE OLIVEIRA LAITZ FORTES e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO HABITACIONAL SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH) PRELIMINARES LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM APELO DESPROVIDO. Apelantes que não gozam de legitimidade (art.17 c.c. art. 18 do CPC/2015). Aplicação da decisão paradigmática proferida no julgamento do REsp 1.150.429-CE, Rei. Min.Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 25/4/2013 pelo rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973; art. 927, 111, do CPC/2015). Apelo desprovido.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente